

Expresso Nepomuceno S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.



Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado do exercício

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras



Índice

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Balanco patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração do fluxo de caixa

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas

1. Contexto operacional
2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas
3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas
4. Caixa e equivalentes de caixa
5. Contas a receber de clientes
6. Estoques
7. Impostos a recuperar
8. Investimentos
9. Imobilizado
10. Direito de uso - Arrendamento
11. Empréstimos e financiamentos
12. Instrumentos financeiros derivativos (Contratos de SWAP)
13. Fornecedores
14. Obrigações sociais
15. Obrigações fiscais
16. Provisões para riscos
17. Patrimônio Líquido
18. Lucro líquido por ação
19. Receitas operacionais líquidas
20. Custos operacionais e despesas administrativas e gerais por natureza
21. Outras receitas (despesas), líquidas
22. Receitas/(despesas) financeiras, líquidas
23. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido
24. Transações com partes relacionadas
25. Instrumentos financeiros
26. Transações não envolvendo caixa
27. Cobertura de seguros

Relatório da Administração

A Expresso Nepomuceno S.A. ("Expresso Nepomuceno" ou "Companhia") atua há mais de 62 anos no segmento de logística e hoje está entre as 10 maiores empresas deste setor no Brasil. Ao longo de nossa trajetória, sempre primou por oferecer soluções logísticas customizadas e um portfólio de serviços que contemple toda a cadeia logística.

Performance financeira

Em 2021, a Expresso Nepomuceno S.A. obteve uma receita líquida de R\$872.132 mil, um crescimento de 24,4% em relação ao ano de 2020.

O Ebitda foi de R\$134.534 mil, um crescimento de 4,16% em relação ao ano anterior, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	2021	2020
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	65.109	38.897
Resultado financeiro	14.804	26.626
Depreciação e Amortização	32.744	45.097
IR/CSLL	21.897	18.534
EBITDA	134.554	129.154
<i>% margem Ebitda</i>	<i>15,4%</i>	<i>18,4%</i>
Custo na Venda do Imobilizado	10.895	19.537
EBITDA A	145.449	158.691
<i>% margem Ebitda A</i>	<i>16,7%</i>	<i>21,2%</i>

(*) EBITDA-A (Adicionado) - Corresponde a EBITDA acrescido do custo contábil residual da venda de ativos imobilizados, o qual não representa desembolso operacional de caixa, uma vez que se trata de mera representação contábil da baixa dos ativos no momento de sua alienação. A Administração da Companhia acredita que o EBITDA-A é a uma medida mais adequada do que o EBITDA tradicional demonstrando de forma mais realista a capacidade da Companhia de cumprir com suas obrigações financeiras.

Frota

A renovação dos nossos veículos acontece através de um planejamento anual o qual está alinhando com às diretrizes financeiras da diretoria acerca de investimento em novos veículos. Dentre os benefícios, temos uma redução do custo de manutenção, aumento da disponibilidade dos veículos, valorização da frota, menor emissão de poluente, controlando a emissão de CO2, além de oferecer um maior conforto ao motorista.

Em 2021, foram adquiridos 418 novos veículos, aproximadamente, 19% da nossa frota atual, representando um investimento da ordem de R\$138 milhões.

Com aumento das atividades operacionais da companhia e a conseqüente necessidade de aumentar o número veículos nas operações a direção optou por reduzir a venda de veículos durante o exercício, sempre atenta as diretrizes financeiras para renovação de veículos mencionada anteriormente. A decisão só foi possível por conta da elevada capacidade de geração de caixa operacional da e a baixa idade média de frota da companhia.

Adicionalmente, entendemos que houve uma significativa valorização dos ativos imobilizados da companhia em função da mudança de patamar de preços que será praticada nos próximos períodos. A valorização estimada pela companhia foi na ordem de R\$290 milhões, representando uma variação de 69% em relação ao valor contábil dos ativos imobilizados.

Sustentabilidade e governança

A companhia vem buscando implementar as mais elevadas práticas de governança corporativa e de sustentabilidade, no que diz aos aspectos ambientais, sociais e de negócios.

Pessoas

Excelência na gestão de pessoas é um dos pilares da nossa missão. Na busca contínua pelo desenvolvimento e melhor experiência dos nossos colaboradores, criamos uma metodologia de acompanhamento da jornada de trabalho, que abrange todo o ciclo do colaborador dentro da Companhia, desde seu primeiro dia de trabalho.

São 5 programas que se complementam e, ao mesmo tempo, têm olhares e braços diferentes destinados ao acompanhamento da capacitação, valorização, proximidade e busca pela qualidade de vida. Somando-se tudo isso ao fator social, criamos uma sinergia ideal para promover o engajamento, fortalecer a nossa cultura organizacional e alavancar nossos resultados.

Qualidade

O SGQ (Sistema de Gestão da Qualidade) do Expresso Nepomuceno, coordenado pelo Departamento da Qualidade, é todo embasado e norteado pela norma ISO 9001. Através dele trabalhamos, continuamente, para elevar nossos padrões, visando melhorar o desempenho das pessoas, dos processos e do próprio ambiente de trabalho. Nosso SGQ tem como objetivo dirigir e controlar as atividades da empresa, de forma a gerar melhorias em nossos serviços prestados, buscando garantir a completa satisfação dos nossos clientes e superar suas expectativas. Para fortalecer este objetivo, implementamos diversos programas internos que visam a melhoria contínua das nossas atividades, são eles: Programa 5S, Auditorias de Gestão e de Processos e Programas de Reconhecimento.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Expresso Nepomuceno S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Expresso Nepomuceno S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Expresso Nepomuceno S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standard - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”), emitidas pelo “IASB”, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e a sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Companhia e de sua controlada para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria da Companhia e de sua controlada e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 8 de abril de 2022


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG


Marcelo Salvador
Contador
CRC nº 1 MG 089422/O-0

EXPRESSO NEPOMUCENO S.A.

Balanças patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	103.824	149.526	105.105	150.438
Contas a receber	5	163.195	115.130	163.195	115.130
Instrumentos financeiros derivativos	12	605	1.275	605	1.275
Estoques	6	23.638	13.730	43.181	33.273
Impostos a recuperar	7	54.586	10.167	54.592	10.167
Outros ativos circulantes		7.799	5.762	8.024	5.987
		353.647	295.590	374.702	316.270
Não circulante					
<i>Realizável a longo prazo</i>					
Impostos a recuperar	7	12.422	8.580	12.422	8.580
Instrumentos financeiros derivativos	12	4.913	5.383	4.913	5.383
Depósitos judiciais	16	5.827	6.094	5.827	6.094
Outros ativos não circulantes		18.239	11.201	18.253	11.201
Contas a receber	5	505	7.387	505	7.387
		41.906	38.645	41.920	38.645
Investimentos	8	15.031	14.647	-	-
Imobilizado	9	442.410	326.404	442.410	326.404
Direito de uso - arrendamento	10	14.063	22.688	14.063	22.688
Intangível		1.289	1.684	1.289	1.684
		513.648	404.068	498.631	389.421
Total do ativo		868.346	699.658	874.384	705.691

EXPRESSO NEPOMUCENO S.A.

Balanças patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	151.677	114.278	151.677	114.278
Fornecedores	13	40.722	33.443	40.722	33.443
Arrendamentos a pagar	10	9.906	11.856	9.906	11.856
Obrigações sociais e trabalhistas	14	28.842	24.773	28.842	24.773
Obrigações fiscais	15	14.399	14.146	14.407	14.152
Outras contas a pagar		5.318	5.154	5.318	5.154
		250.864	203.650	250.872	203.655
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	295.958	236.548	295.958	236.548
Fornecedores	13	125	3.652	125	3.652
Arrendamentos a pagar	10	5.330	12.085	5.330	12.085
Instrumentos financeiros derivativos	12	1.051	2.857	1.051	2.857
Obrigações fiscais	15	47.459	52.550	47.459	52.550
Provisão para riscos	16	24.094	19.858	24.094	19.858
Impostos diferidos	23	61.284	41.218	67.201	47.135
Partes relacionadas	24	22.439	14.106	22.424	14.091
		457.740	382.874	463.642	388.776
Patrimônio líquido					
Capital social	17	100.000	66.374	100.000	66.374
Reservas de lucros	17	48.372	35.390	48.372	35.390
Ajuste de avaliação patrimonial	17	11.370	11.370	11.370	11.370
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		159.742	113.134	159.742	113.134
Participação de não controladores		-	-	128	126
		159.742	113.134	159.870	113.260
Total do passivo e patrimônio líquido		868.346	699.658	874.384	705.691

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

EXPRESSO NEPOMUCENO S.A.

Demonstrações dos resultados

Para os períodos findos em 30 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receitas operacionais líquidas	19	872.700	700.997	872.700	700.997
Custo dos serviços prestados	20	<u>(762.490)</u>	<u>(567.056)</u>	<u>(762.317)</u>	<u>(566.883)</u>
Lucro bruto		110.210	133.941	110.383	134.114
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas e comerciais	20	(51.199)	(44.647)	(51.206)	(44.656)
Despesas tributárias		(1.685)	(1.630)	(1.685)	(1.630)
Resultado de equivalência patrimonial	8	175	149	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	<u>44.318</u>	<u>(3.771)</u>	<u>44.318</u>	<u>(3.771)</u>
Resultado operacional		101.819	84.042	101.810	84.057
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	22	58.123	28.434	58.155	28.434
Despesas financeiras	22	<u>(72.959)</u>	<u>(55.060)</u>	<u>(72.959)</u>	<u>(55.060)</u>
		(14.836)	(26.626)	(14.804)	(26.626)
Lucro antes dos impostos		86.983	57.416	87.006	57.431
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	23	<u>(21.875)</u>	<u>(18.520)</u>	<u>(21.897)</u>	<u>(18.534)</u>
Lucro líquido do exercício		65.108	38.896	65.109	38.897
Lucro líquido atribuível a:					
Acionistas controladores		65.108	38.896	65.108	38.896
Participação dos não controladores		-	-	1	1
Lucro líquido por ação (em R\$):	18	2,8643	1,7111		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

EXPRESSO NEPOMUCENO S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	65.108	38.896	65.109	39.023
Outros resultados abrangentes:	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	65.108	38.896	65.109	39.023
Resultado abrangente atribuído a:				
Acionistas controladores	65.108	38.896	65.108	38.896
Acionistas não controladores	-	-	1	1

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

EXPRESSO NEPOMUCENO S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido atribuível aos controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
		Reserva legal	Reserva de investimento	Lucros acumulados				
Saldos em 31 de dezembro de 2019	66.374	2.030	6.484	-	11.370	86.258	118	86.376
Lucro líquido do exercício	-	-	-	38.896	-	38.896	1	38.897
Constituição de reserva legal	-	1.762	-	(1.762)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(3.648)	-	(3.648)	-	(3.649)
Dividendos distribuídos	-	-	-	(8.372)	-	(8.372)	-	(8.372)
Constituição de reserva de investimento	-	-	25.114	(25.114)	-	-	-	-
Aumento da participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	7	7
Saldos em 31 de dezembro de 2020	66.374	3.792	31.598	-	11.370	113.134	126	113.260
Lucro líquido do exercício	-	-	-	65.108	-	65.108	1	65.109
Constituição de reserva legal	-	3.056	-	(3.056)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(3.982)	-	(3.982)	-	(3.982)
Dividendos distribuídos	-	-	-	(14.518)	-	(14.518)	-	(14.158)
Constituição de reserva de investimento	-	-	9.926	(9.926)	-	-	-	-
Aumento do capital social	33.626	-	-	(33.626)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	100.000	6.848	41.524	-	11.370	159.742	128	159.870

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

EXPRESSO NEPOMUCENO S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro do exercício		65.108	38.896	65.109	38.897
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	20	20.546	32.748	20.546	32.748
Amortização direito de uso	20	12.198	12.349	12.198	12.349
-Juros de empréstimos e financiamentos	22	27.830	26.293	27.830	26.293
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos	22	9.556	3.188	9.556	3.188
Encargos financeiros sobre instrumentos derivativos	22	(666)	(3.801)	(666)	(3.801)
Juros de arrendamento	10	2.227	2.223	2.227	2.223
Juros parcelamentos tributários	15	1.685	1.026	1.685	1.026
Provisão para riscos, líquida de reversões	16	4.236	6.884	4.236	6.884
Reversão da provisão para recuperação de créditos	5	(715)	(1.286)	(715)	(1.286)
Baixa de ativo imobilizado	21	10.895	20.443	10.895	20.443
Baixa de direito de uso	10	-	(449)	-	(449)
Ganho/Perda na variação de percentual de participação	8	-	(17)	-	-
Impostos diferidos	23	20.066	8.870	20.066	8.870
Reconhecimento de créditos tributados extemporâneos	7	(47.831)	-	(47.831)	-
Resultado de equivalência patrimonial	8	(175)	(149)	-	-
		<u>124.960</u>	<u>147.218</u>	<u>125.136</u>	<u>147.385</u>
Variações nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber de clientes	5	(40.468)	(22.671)	(40.468)	(22.671)
Estoques	6	(6.154)	(2.689)	(6.154)	(2.690)
Impostos e contribuições a recuperar	7	(430)	1.992	(436)	1.992
Outros ativos		(8.808)	(6.066)	(8.822)	(6.891)
Fornecedores	13	3.752	(11.377)	3.752	(11.377)
Salários e contribuições sociais	14	4.069	4.429	4.069	4.429
Impostos e contribuições a recolher	15	1.915	12.222	1.941	12.222
Outras obrigações		164	(1.558)	164	(1.574)
Caixa gerado (consumido) pelas operações		(45.960)	(25.718)	(45.954)	(26.560)
Juros de passivo de arrendamento pagos	10	(465)	(2.223)	(465)	(2.223)
Imposto de renda e contribuição social pagos	23	(1.809)	(9.650)	(1.831)	(9.650)
Juros de empréstimos e financiamentos pagos	11	(27.831)	(27.049)	(27.831)	(27.049)
Juros de parcelamentos tributários pagos	15	(1.685)	(1.026)	(1.685)	(1.026)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>47.210</u>	<u>81.552</u>	<u>47.370</u>	<u>80.878</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição ativo imobilizado e intangível		-	(305)	-	(305)
Aportes de capital em investida	8	(209)	(1.601)	-	-
Partes relacionadas	24	426	(4.552)	426	(4.567)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de investimento		<u>217</u>	<u>(6.458)</u>	<u>426</u>	<u>(4.872)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Dividendos pagos	17	(10.593)	(4.547)	(10.593)	(4.545)
Captação de Empréstimos e financiamentos	11	350.962	282.522	350.962	282.522
Amortização de empréstimos e financiamentos	11	(414.514)	(240.968)	(414.514)	(240.968)
Amortização parcelamentos tributários	15	(4.944)	(5.493)	(4.944)	(5.493)
Pagamento de ativos arrendados	10	(14.040)	(11.762)	(14.040)	(11.762)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento		<u>(93.129)</u>	<u>19.752</u>	<u>(93.129)</u>	<u>19.752</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		<u>(45.702)</u>	<u>94.846</u>	<u>(45.333)</u>	<u>95.757</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		149.526	54.680	150.438	54.681
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		103.824	149.526	105.105	150.438
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		<u>(45.702)</u>	<u>94.846</u>	<u>(45.333)</u>	<u>95.757</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

EXPRESSO NEPOMUCENO S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
1- Receitas				
1.1 - Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.015.400	822.643	1.015.400	822.643
1.2 - (Provisão) reversão para perdas esperadas	716	1.286	716	1.286
1.3 - Venda de ativos	18.421	20.429	18.421	20.429
1.4 - Outras receitas	11.803	2.221	11.803	2.221
	1.046.340	846.579	1.046.340	846.579
2- Insumos adquiridos de terceiros				
2.1 - Custo das vendas e dos serviços vendidos	356.340	235.375	356.167	235.375
2.2 - Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	84.682	56.504	84.688	56.504
2.3 - Custo da venda de ativos	10.895	19.537	10.895	19.537
2.4 - Outros	(8.006)	10.956	(8.006)	10.807
	443.911	322.372	443.744	322.223
3- Valor adicionado bruto (1-2)	602.429	524.207	602.596	524.356
4- Retenções				
4.1 - Depreciação, amortização, exaustão	32.744	45.097	32.744	45.097
	32.744	45.097	32.744	45.097
5- Valor adicionado líquido (3-4)	569.685	479.110	569.852	479.259
6- Valor adicionado recebido em transferência				
6.1 - Resultado de equivalência patrimonial	175	149	-	-
6.2 - Receitas financeiras	58.123	28.434	58.155	28.434
6.3 - Receitas de aluguéis	16.671	13.036	16.671	13.036
	74.969	41.619	74.826	41.470
7- Valor adicionado total a distribuir (5+6)	644.654	520.729	644.678	520.729
8- Distribuição do valor adicionado				
8.1 - Pessoal e encargos	326.715	269.579	326.715	269.579
8.2 - Impostos, taxas e contribuições	176.852	153.759	176.876	153.759
8.3 - Juros e despesas bancárias	68.742	55.372	68.742	55.372
8.4 - Aluguéis	7.239	3.123	7.239	3.123
8.5 - Dividendos e juros s/capital próprio	18.500	12.020	18.499	12.020
8.6 - Lucro retido do exercício	46.606	26.876	46.607	26.876
	644.654	520.729	644.678	520.729

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



EXPRESSO NEPOMUCENO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Expresso Nepomuceno S.A. ("Expresso Nepomuceno" ou "Companhia") atua há 62 anos no mercado oferecendo soluções em logística, primando por um atendimento personalizado aos mais diversos clientes dos setores: automotivo, químico, sucroalcooleiro, florestal, locação de veículos/equipamentos, bebidas, agronegócio, entre outros.

Atualmente, a Companhia figura entre as principais empresas de logística do Brasil, com atuação em 13 estados, através de 40 filiais localizadas, estrategicamente, próximas aos principais polos expedidores do país. A Companhia possui uma carteira de mais de 400 clientes ativos, uma equipe de mais de 6.500 colaboradores e com uma estrutura operacional com mais de 5.000 veículos e equipamentos.

Na busca constante pela excelência, a Companhia está atenta às mudanças que estão acontecendo no mercado, focando nos pilares: gente, clientes, processos, tecnologia e financeiro.

1.1. Situação da pandemia do COVID-19

A Companhia continua monitorando os impactos dos principais riscos e incertezas que poderiam afetar as informações ora apresentadas, principalmente, os aspectos relacionados a recuperabilidade de ativos de longo-prazo e a perdas esperadas de créditos.

Como consequência da pandemia de COVID-19, foi observado uma escassez de componentes elétricos utilizados na fabricação de veículos novos, fato que impactou a produção das montadoras. Consequentemente, houve uma redução na oferta de veículos novos que resultou em um incremento significativo dos preços de aquisição de veículos novos e usados.

Em razão do incremento no preço de revenda de veículos usados, a Companhia revisou o valor residual base para o cálculo da depreciação e, nas situações em que as novas expectativas diferiram das estimativas anteriores, as mudanças foram contabilizadas como mudança de estimativa contábil, segundo as diretrizes do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Em relação aos riscos de crédito e de recuperabilidade dos ativos de longo-prazo, a Administração concluiu que não houve aumento significativo destes riscos. Neste momento, a Administração entende não ser necessária qualquer divulgação adicional sobre o impacto da pandemia da COVID-19 em relação às demonstrações financeiras.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, as normas dos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo CPC, e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standard – IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros que foram mensurados pelos seus valores justos.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimando usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram autorizadas pela Administração para emissão em 08 de abril de 2022.

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, a Companhia continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

2.2. Investimento e base de consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém controle, isto é, quando a Companhia possui: (i) poder sobre a investida, (ii) exposição ou direitos a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida, e (iii) capacidade de usar esse poder para afetar os retornos ao investidor.

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Na consolidação foram eliminadas as participações da controladora no patrimônio líquido (ou passivo a descoberto, quando aplicável) das controladas, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas, custos e despesas decorrentes de operações efetuadas entre as empresas.

A parcela relativa aos não controladores no patrimônio líquido das controladas é apresentada destacadamente no patrimônio líquido consolidado.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e da seguinte controlada:

	Sede	% de participação	
		2021	2020
EMPES - Empreendimentos Imobiliários	Brasil	99,15%	99,15%

2.3. Moeda funcional

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. O caixa e os equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e os títulos financeiros de alta liquidez, com vencimento em 90 dias ou menos a partir da data da aplicação e com risco irrelevante de variação de valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. São utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo.

2.5. Contas a receber

Contas a receber são registradas pelo valor líquido estimado realizável e não incluem juros. A provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no histórico de inadimplência e análise individual dos créditos com clientes. A Administração considera suficiente o montante provisionado para a cobertura de perdas estimadas na realização das contas a receber.

2.6. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC48 – Instrumentos financeiros.

2.6.1. Ativos financeiros

(a) Classificação

A Companhia classifica os seus ativos financeiros nas categorias: (i) mensurados ao custo amortizado, representado, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e depósitos judiciais, e (ii) mensurados ao valor justo por meio do resultado, representado por instrumentos derivativos oriundos de contratos de Swap. Esta classificação é baseada no modelo de negócio adotado pela administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais.

Os instrumentos financeiros derivativos oriundos dos contratos de Swap são mantidos pela Companhia para regular as suas exposições ao risco de variação cambial de moeda estrangeira.

(b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são registrados na demonstração do resultado.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo, sendo os ganhos e perdas apurados reconhecidos no resultado do exercício. Os demais ativos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado, através do método de juros efetivos.

(c) Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado

Uma redução ao valor recuperável ("*impairment*") é reconhecido somente se há evidência objetiva de "*impairment*" como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("um evento de perda") e aquele evento de perda tenha impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro desde que possa ser estimado de forma confiável

O montante de perda é registrado no resultado e mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros.

(d) Desreconhecimento de ativos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios de propriedade.

2.6.2. Passivos financeiros**(a) Classificação**

Os passivos financeiros são classificados nas categorias (i) custo amortizado, representado, principalmente, por fornecedores e empréstimos e financiamentos, e (ii) valor justo por meio do resultado, representado pelos instrumentos financeiros derivativos oriundos de contratos de Swap.

(b) Reconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros que são, inicialmente, reconhecidos a valor justo, acrescidos do custo da transação somente para aqueles instrumentos financeiros classificados na categoria do custo amortizado.

Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo, sendo os ganhos e perdas apurados reconhecidos no resultado do exercício. Os demais passivos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado, através do método de juros efetivos.

a. Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.7. Estoques

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição, sendo constituída, quando aplicável, provisão para perda do seu valor realizável em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas.

Para atendimento dos seus contratos de prestação de serviços, a Companhia precisa renovar constantemente sua frota após um determinado período de uso. Os ativos descontinuados, compostos por veículos, máquinas e os equipamentos, são reclassificados para rubrica de estoques como "bens disponibilizados para venda". Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e sua venda em prazo inferior a doze meses é altamente provável.

Uma vez classificados como bens disponibilizados para venda, os ativos são apresentados pelo menor valor entre o saldo contábil líquido, representado pelo custo histórico de aquisição deduzido da depreciação acumulada até a data em que foram reclassificados, e o seu valor justo para venda deduzidos dos custos estimados para vendê-los. A partir do momento em que os ativos são classificados como "bens disponibilizados para venda", eles deixam de sofrer depreciação.

2.8. Imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são registrados pelo custo histórico de aquisição, acrescidos de eventuais gastos necessários a imobilização. As depreciações são computadas no resultado do exercício pelo método linear, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens e o seu valor residual.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros, associados com os custos, serão auferidos pela Companhia. Despesas de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Os veículos são depreciados linearmente de acordo com um método econômico que considera o valor estimado de realização desses ativos na data esperada de venda. Desta forma, as taxas de depreciação variam de acordo com a data em que o veículo foi comprado, o valor pago e valor estimado de venda.

A depreciação de veículos compõe o custo da prestação de serviços e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa.

Os valores residuais, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados pela Administração, anualmente, e ajustados de forma prospectiva, quando necessário.

O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido para seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que sua expectativa de benefício econômico futuro.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa do ativo (diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração de resultado do exercício em que o ativo for baixado.

2.9. Ativo Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulados.

A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.10. Arrendamento mercantil

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais o Grupo seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor.

Para os arrendamentos para os quais não é reconhecido um ativo e passivo inicialmente, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

O passivo de arrendamento é, inicialmente, mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a Companhia usa sua taxa incremental de captação.

O passivo de arrendamento é, subsequentemente, mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado.

A Companhia remensura o passivo de arrendamento sempre que:

- o prazo de arrendamento for alterado ou houver um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do exercício;
- da opção de compra e, nesse caso, o passivo de arrendamento é remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada;
- os pagamentos de arrendamento são alterados devido a mudanças no índice ou na taxa ou uma mudança no pagamento esperado no valor residual garantido, sendo, nesse caso, o passivo de arrendamento é remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto não alterada (a menos que a mudança nos pagamentos de arrendamento resulte da mudança na taxa de juros variável, sendo, nesse caso, utilizada a taxa de desconto revisada).

2.11. Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de "impairment")

Uma perda por "*impairment*" é reconhecida quando o valor contábil de um ativo excede seu valor recuperável, o que representa o maior valor entre o valor justo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

A Administração revisa, anualmente, o valor contábil líquido de seus principais ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas e operacionais, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão por perda do valor recuperável do ativo, ajustando-se o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Não foram identificados indicadores de "*impairment*" para o período findo em 31 de dezembro de 2021.

2.12. Reconhecimento de Receitas

As receitas são reconhecidas quando a obrigação contratual de performance for atingida, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possam ser mensuradas de forma confiável. As receitas são mensuradas com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas e prestação de serviços.

(a) Receita de prestação de serviços

A receita de prestação de serviços (soluções em logística) é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos de prestação de serviços celebrados entre as partes ("*overtime*"). Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

(b) **Receita de venda de ativos desmobilizados**

A receita de venda de ativo é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo são transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

(c) **Receitas de locação**

A receita de aluguel é reconhecida de forma linear, pelo prazo do contrato.

2.13. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo, quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, e prejuízos fiscais, quando aplicável.

Impostos diferidos passivos são os valores de impostos a pagar em períodos futuros, em relação às diferenças tributáveis temporárias.

Impostos diferidos ativos são os valores recuperáveis em períodos futuros decorrentes de diferenças tributárias dedutíveis, de diferimento de prejuízos fiscais não utilizados e diferimento de créditos fiscais não utilizados. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data base do balanço e baixado na extensão em que não seja mais provável que os lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido seja utilizado.

Os impostos de renda e contribuição social diferido ativo e passivo é apresentado pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.14. Provisões para riscos

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.15. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.16. Fornecedores

Refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal, que se aproxima do valor justo na data da transação, e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de juros efetivos.

2.17. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos, financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos, financiamentos e debêntures estejam abertos, utilizando o método de juros efetivos.

Os custos dos empréstimos e financiamentos são contabilizados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos e financiamentos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos as referidas transações.

2.18. Lucro por ação

O resultado por ação é calculado através da divisão do lucro líquido, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A Companhia não possuía instrumentos financeiros conversíveis em ações, logo o resultado básico e diluído por ação é igual.

2.19. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Embora não seja requerida pela legislação societária brasileira, a Companhia optou por apresentar, como informação suplementar, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar os valores criados pela Companhia (e controlada) e sua distribuição durante o exercício, e elaborada com base em informações obtidas dos registros contábeis, que servem de base para a preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

2.20. Novos pronunciamentos contábeis e interpretações

As seguintes normas e interpretações foram alteradas ou entrarem em vigor para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após esta data, no entanto, essas alterações não tiveram ou não deverão ter um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações no CPC 38 / IAS 39, CPC 40 (R1) / IFRS 7, CPC 48 / IFRS 9, CPC 11 / IFRS 4 e CPC 06(R2) / IFRS 16: Impacto da adoção inicial da das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2;
- Alterações no CPC 06 (R2) / IFRS 16: Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamentos.

Adicionalmente, as seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- Alteração ao CPC 25 / IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.

- Alteração ao CPC 15 (R1) / IFRS 3 "Combinação de Negócios": emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022.
- Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022:
 - (i) CPC 48 / IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
 - (ii) CPC 06(R2) / IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
 - (iii) CPC 27(R1) e CPC 43 (R1) / IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
- Alteração ao CPC 26(R1) / IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- Alteração ao CPC 26(R1) / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- Alteração ao CPC 32 / IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas e os julgamentos contábeis são revistos de forma contínua pela Administração. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

- Provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa: Referidas provisões são constituídas com base no julgamento do Administração e em valores suficientes para cobrir perdas futuras estimadas no recebimento de clientes.
- Vida útil e valor residual dos bens do ativo imobilizado: a Companhia estima anualmente a vida útil dos ativos imobilizados com base na expectativa da administração de uso dos ativos imobilizados. Especificamente em relação ao valor residual dos veículos, que impacta consequentemente nos custos e depreciação dos veículos, a estimativa leva em consideração o preço estimado de venda dos ativos no mercado, deduzido das despesas estimadas de venda, quando aplicável.

Nos casos em que, após a revisão, o valor residual seja igual ou superior ao seu valor contábil, a despesa de depreciação é zerada.

- Provisão para riscos: a Companhia reconhece provisão para riscos relacionados a processos tributárias, cíveis, trabalhistas e outros aos quais se encontra no polo passivo. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.
- Reconhecimento da receita: A receita de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão do serviço na data das demonstrações financeiras ("overtime"). Os valores dos serviços prestados para os quais o faturamento ainda não foi autorizado são reconhecidos como serviços executado não faturado.
- Imposto de renda e contribuição social diferido: Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que os lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que venha ser utilizado.

- **Valor justo de instrumentos financeiros de derivativos:** quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando-se técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros;

4. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa estão assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fundo de caixa (matriz e filiais)	377	286	377	286
Bancos conta movimento	12.364	78.718	12.720	79.630
Aplicações financeiras	91.083	70.522	92.008	70.522
Caixa e equivalentes de caixa	103.824	149.526	105.105	150.438

As aplicações financeiras estão representadas, substancialmente, por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) com rendimentos equivalentes às taxas de até 110% (103% em 2020) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e com liquidez imediata.

5. Contas a receber

O saldo de contas a receber de clientes é oriundo de operações de prestação de serviços de transportes, vendas de veículos e outros recebíveis conforme contexto operacional da Companhia e estão assim demonstrados nas datas dos balanços:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Contas a receber	131.181	111.522
Serviço executado não faturado	32.288	12.176
Outros valores a receber	2.871	2.174
Provisão para créditos de liquidação duvidosa / perdas esperadas	(2.640)	(3.355)
Total	163.700	122.517
Circulante	163.195	115.130
Não circulante	505	7.387



EXPRESSO NEPOMUCENO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

A composição do contas a receber por vencimento é conforme demonstrada abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Total a vencer	141.248	99.766
Vencidos há mais de 365 dias	4.359	4.431
Vencidos de 181 a 365 dias	1.111	1.021
Vencidos de 91 a 180 dias	9.073	783
Vencidos de 31 a 90 dias	1.910	14.031
Vencidos em até 30 dias	8.639	5.840
Total vencidos	25.092	26.106
Provisão para créditos de liquidação duvidosa / perdas esperadas	(2.640)	(3.355)
Total	163.700	122.517

A Administração considera suficiente o montante provisionado para a cobertura de perdas esperadas na realização das contas a receber.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Saldo inicial	(3.355)	(4.641)
Constituição	(1.325)	-
Reversão	2.040	1.286
Saldo final	(2.640)	(3.355)

6. Estoques

Os saldos de estoques estão assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Estoques operacionais				
Peças e equipamentos	6.229	5.201	6.229	5.201
Pneus	6.844	2.721	6.844	2.721
Outros	3.167	2.308	3.167	2.308
	16.240	10.230	16.240	10.230
Ativos disponíveis para venda:				
Veículos disponibilizados para venda	7.398	3.500	7.398	3.500
Terrenos disponibilizados para venda	-	-	19.543	19.543
	7.398	3.500	26.941	23.043
Total	23.638	13.730	43.181	33.273

Os estoques disponíveis para venda estão apresentados pelo valor contábil, uma vez que não existiam indicativos que este valor fosse superior ao valor justo para venda deduzidos dos custos estimados para vendê-los.

Os terrenos disponibilizados para venda são de propriedade da EMPES - Empreendimentos Imobiliários e, atualmente, a Administração encontra-se em negociação com potenciais compradores.

7. Impostos e contribuição a recuperar

Os saldos de impostos a recuperar estão assim demonstrados nas datas dos balanços:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
ICMS a recuperar	1.018	578	1.018	578
IRRF sobre aplicações financeiras	670	461	676	461
ICMS sobre ativo imobilizado	22.802	16.881	22.802	16.881
PIS/COFINS - (i)	39.783	-	39.783	-
Outros	2.735	827	2.735	827
Total	67.008	18.747	67.014	18.747
Circulante	54.586	10.167	54.592	10.167
Não circulante	12.422	8.580	12.422	8.580

(i) Em 2021, a Companhia reconheceu créditos tributários extemporâneos, relativos ao período compreendido entre março de 2002 a março de 2017, relativos à tese de exclusão de exclusão do ICMS sobre a base de cálculo de PIS e COFINS, com registro do ativo no montante de R\$47.831, sendo R\$29.224 de principal, registrados na rubrica de "outras receitas (despesas), líquidas" e R\$18.607 de atualização monetária, registrados na rubrica de "receitas financeiras".

8. Investimentos

A movimentação do investimento, mantido na EMPES – Empreendimentos Imobiliários, está demonstrada a seguir:

	Controladora	
	2021	2020
Saldo inicial	14.647	12.880
Aportes	209	1.601
Equivalência patrimonial	175	149
Ganho na variação de participação	-	17
Saldo final	15.031	14.647

Os principais saldos da controlada estão apresentados a seguir:

	2021	2020
Disponível	1.281	912
Estoques	19.543	19.543
Outros ativos	261	240
Ativo circulante	21.085	20.695
Total do ativo	21.085	20.695
Passivo circulante	8	4
Passivo não circulante	5.917	5.917
Patrimônio líquido	15.160	14.774
Total do passivo e do patrimônio líquido	21.085	20.695
Receitas	205	173
Lucro líquido do exercício	177	150

9. Imobilizado

	Taxas Depreciação	Controladora e Consolidado			
		2021			2020
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo	Saldo
Veículos	20-25%	507.302	(109.030)	398.272	288.993
Máquinas e equipamentos	10%	61.524	(29.361)	32.163	27.550
Outros	10%	18.912	(6.937)	11.975	9.861
Total		587.738	(145.328)	442.410	326.404

A estimativa de vida útil considera a categoria do ativo imobilizado, a atividade em que ele opera e outros aspectos relevantes, dessa forma, uma mesma categoria pode possuir mais de uma estimativa de vida útil.

A Companhia realizou a revisão da estimativa da vida útil dos ativos imobilizados e não identificou alterações significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado.

Em 2021, a Sociedade revisou o valor residual base para o cálculo da depreciação e, nas situações em que as novas expectativas diferiram das estimativas anteriores, as mudanças foram contabilizadas como mudança de estimativa contábil, segundo as diretrizes do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	Veículos	Máquinas e equipamentos	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	266.215	28.340	9.134	303.689
Adição	60.739	5.411	2.920	69.070
Depreciação	(27.868)	(2.869)	(1.744)	(32.481)
Baixa	(16.882)	(3.112)	(449)	(20.443)
Reversão de itens disponibilizados para venda (i)	20.479	2.028	-	22.507
Itens descontinuados disponibilizados para venda	(13.690)	(2.248)	-	(15.938)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	288.993	27.550	9.861	326.404
Adição	138.495	8.133	4.178	150.806
Depreciação	(14.835)	(3.265)	(2.051)	(20.151)
Baixa	(10.201)	(681)	(13)	(10.895)
Reversão de itens disponibilizados para venda (i)	7.700	1.798	-	9.498
Itens descontinuados disponibilizados para venda	(11.880)	(1.372)	-	(13.252)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	398.272	32.163	11.975	442.410

(i) Em períodos de alta sazonalidade, os veículos, máquinas e equipamentos disponibilizados para venda podem ser novamente direcionados para utilização nas operações. Quando isso ocorre, os bens retornam para a base de ativo imobilizado e a depreciação respectiva volta a ser contabilizada.



EXPRESSO NEPOMUCENO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativos imobilizados dados em garantia

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui ativos dados em garantia, dentre veículos, máquinas e equipamentos, no valor de R\$ 311.636 (R\$216.986 em 2020). Além disso, o saldo em aberto de operações de leasing destinada a aquisição de ativos imobilizados totaliza R\$1.338 (R\$3.300 em 2020) e, para estas operações, veículos totalizando este valor foram dados em garantia.

10. Direito de uso – Arrendamento / Arrendamentos a pagar

A movimentação dos ativos de direito de uso oriundos dos referidos contratos de locação está demonstra a seguir:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	28.584
Adição	15.467
Baixa	(9.014)
Amortização	(12.349)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	22.688
Adição	3.573
Baixa	-
Amortização	(12.198)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	14.063

O saldo de arrendamentos a pagar foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos remanescentes previstos em contrato, descontados ao valor presente por uma taxa incremental média de 9,64% a.a.

A movimentação de arrendamentos a pagar está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Saldo inicial	23.941	29.699
Adição	3.573	15.467
Baixas	-	(9.463)
Provisão de juros	2.227	2.223
Pagamento de juros	(465)	(2.223)
Pagamento de principal	(14.040)	(11.762)
Saldo final	15.236	23.941
Circulante	9.906	11.856
Não circulante	5.330	12.085

Em 31 de dezembro de 2021, o cronograma de pagamento dos passivos de arrendamento a longo-prazo é como segue:

	Controladora e Consolidado
2023	3.235
2024	1.995
2025 em diante	100
	5.330



EXPRESSO NEPOMUCENO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

11. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Vencimento	Estrutura taxa	Taxa a.a.	Controladora e Consolidado	
				2021	2020
Finame	dez-27	Pré/TJLP/Selic	11,73%	118.297	54.172
Leasing	mar-22	Pré	13,33%	1.338	3.301
CDC	set-29	Pré/CDI	10,73%	26.579	39.331
Consórcios	jan-26	Pré	1,90%	8.216	9.441
Operação 4131, NCE, OUT (i)	jul-25	Pré/CDI	10,96%	204.735	180.082
Empréstimos em Moeda Estrangeira (i)	out-23	Pré/CDI/Euro	12,08%	88.470	64.499
				447.635	350.826
Circulante				151.677	114.278
Não circulante				295.958	236.548

(i) A Companhia está protegida das oscilações das moedas estrangeiras através de swaps contratados no mesmo momento da captação, em igual montante, nos mesmos termos e prazos do contrato de empréstimo original. Os swaps são apresentados no balanço patrimonial, pelo seu valor justo, dentro da rubrica de "Instrumentos financeiros derivativos" e estão detalhados na nota explicativa nº 12.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstra a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Saldo inicial	350.826	237.790
Adição	501.768	351.572
Varição cambial	9.556	3.188
Juros	27.830	26.293
Pagamentos de principal	(414.514)	(240.968)
Pagamentos de juros	(27.831)	(27.049)
Saldo final	447.635	350.826

A Companhia possui em seus contratos de empréstimos com cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia estava adimplente com todas as cláusulas restritivas relativas aos empréstimos.

O cronograma de amortização do saldo de longo prazo, em 31 de dezembro de 2021, está demonstrado a seguir, por ano de vencimento:

Vencimento	2021
2023	131.620
2024	78.740
2025	54.777
2026 em diante	30.821
	295.958



EXPRESSO NEPOMUCENO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

12. Instrumentos financeiros derivativos (Contratos de Swap)

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição aos riscos de taxa de juros e câmbio, como opções de swaps de taxa de juros, para os contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira para administrar sua exposição aos riscos de taxa de juros e câmbio, como opções de swaps de taxa de juros.

Em 31 de dezembro de 2021, os contratos vigentes são os seguintes:

Vencimento	Indexador		Valor de referência
	Posição Ativa	Posição Passiva	
06/09/2022	Dólar + LIBOR + 1,6% a.a.	9,77% a.a.	USD 1.643
27/01/2023	Dólar + LIBOR + 1,09% a.a.	89% do CDI	USD 5.953
05/10/2023	Dólar + LIBOR + 2,97% a.a.	CDI + 0,75% a.m.	USD 6.050
12/07/2024	Dólar + 3,55% a.a.	CDI + 3,45% a.a.	USD 8.317

Os saldos em aberto de instrumentos financeiros derivativos, pelo valor justo, estão apresentados a seguir:

	2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Circulante	605	-	1.275	-
Não circulante	4.913	1.051	5.383	2.857
Total	5.518	1.051	6.658	2.857

13. Fornecedores

Representam as obrigações com fornecedores nacionais decorrentes, principalmente, da aquisição de pneus, combustíveis e fretes para alocação ao processo de prestação dos serviços:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fornecedores diversos	34.363	33.388	34.363	33.388
Fornecedores frete	2.515	3.630	2.515	3.630
Outros	3.969	77	3.969	77
Total	40.847	37.095	40.847	37.095
Circulante	40.722	33.443	40.722	33.443
Não circulante	125	3.652	125	3.652

14. Obrigações sociais e trabalhistas

Os valores registados como obrigações sociais e trabalhistas estão assim demonstrados:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Salários a pagar	8.926	7.734
INSS	2.125	1.914
FGTS	1.612	1.467
Provisão de férias e encargos sociais	14.593	12.440
Outros	1.586	1.218
Total	28.842	24.773

15. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Parcelamentos tributários	54.212	59.156	54.212	59.156
Outras obrigações	7.646	7.540	7.654	7.546
Total	61.858	66.697	61.866	66.702
Circulante	14.399	14.146	14.407	14.152
Não circulante	47.459	52.550	47.459	52.550

Programa Especial de Regularização Tributária - PERT

Em 2017, foi instituído o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) para parcelamento de débitos federais por pessoa física ou jurídica, no âmbito da Secretaria da Fazenda Federal e/ou da Procuradoria-Geral da Fazenda.

A Companhia optou por aderir ao PERT, incluindo débitos de natureza do PIS, COFINS, IRPJ e CSLL. O total de débitos inscritos no âmbito do PERT totalizou R\$95.172 e foram parcelados em 145 parcelas, com previsão de correção pela Taxa SELIC.

A movimentação dos parcelamentos tributários está apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Saldo inicial	59.156	64.649
Provisão de juros	1.685	1.026
Pagamentos de principal	(4.944)	(5.493)
Pagamentos de juros	(1.685)	(1.026)
Total	54.212	59.156
Circulante	6.753	6.606
Não circulante	47.459	52.550



EXPRESSO NEPOMUCENO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2021, ainda restavam 97 parcelas em aberto (109 em 31 de dezembro de 2020) e o respectivo cronograma de vencimento da saldo de longo prazo está demonstrado a seguir:

<u>Vencimento</u>	<u>2021</u>
2023	3.362
2024	6.724
2025	6.686
2026 em diante	30.687
	47.459

16. Provisões para riscos

A Companhia registra provisões para fazer face aos seus passivos potenciais. Com base nas informações de assessores jurídicos e atendendo a probabilidade de perda de cada ação judicial. As provisões constituídas foram consideradas suficiente para fazer face a eventuais perdas, para as quais a saída de caixa seja provável.

As provisões para riscos estão demonstradas a seguir:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Trabalhistas	13.011	11.455
Tributárias/Previdenciário	9.856	7.381
Cíveis	1.227	1.022
Total	24.094	19.858

Provisões trabalhistas

Os processos trabalhistas contemplam, principalmente, reclamações individuais de empregados e fornecedores de serviços atreladas a horas extras, adicional de insalubridade e periculosidade e comissões em geral, constituindo o valor da provisão.

Provisões tributárias

As ações tributárias estão relacionadas, em especial, a questionamentos acerca da incidência de determinados impostos e contribuições.

Provisões cíveis

Estão relacionadas a ações de indenização referente a acidente de trânsito nas quais os requerentes pleiteiam por danos morais.



EXPRESSO NEPOMUCENO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

A movimentação das provisões está apresentada a seguir:

	Controladora e consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	12.974
Constituição provisão	7.859
Reversão provisão	(975)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	19.858
Constituição provisão	7.951
Reversão provisão	(3.715)
Saldo em 30 de dezembro de 2021	24.094

A Companhia tem processos em andamento de natureza trabalhista, cível e tributária nas esferas judicial e administrativa com probabilidade de perda possível, que representam demandas passivas no montante líquido estimado de R\$54.756 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ R\$56.675 em 31 de dezembro de 2020).

Depósitos judiciais

Referem-se a depósitos recursais de processos em andamento, bloqueios judiciais de contas correntes bancárias e garantias exigidas para continuidade dos processos. Os depósitos judiciais estão restritos a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados.

Os depósitos judiciais estão assim apresentados:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Trabalhistas	5.255	5.743
Tributárias	572	351
Total	5.827	6.094

17. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$100.000 (66.374 em 2020) dividido em 34.247 ações ordinárias nominativas (22.730 em 2020) com valor de R\$2,92.

Ajuste de avaliação patrimonial

A rubrica de "ajuste de avaliação patrimonial" refere-se ao valor justo dos terrenos disponibilizado para venda, líquido dos respectivos efeitos de impostos diferidos. Anteriormente, os referidos terrenos eram classificados como propriedades para investimentos e, em função de uma decisão estratégica da Companhia de vender o ativo, foram reclassificados rubrica de estoques, como disponíveis para venda.

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar o capital.

Reserva para investimento

A reserva de investimentos tem por fim financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas para a qual poderá ser destinado até 100% do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias e cujo saldo não poderá ultrapassar o valor equivalente a 80% do capital social subscrito da Companhia.

Distribuição de lucros

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo ao final do exercício, quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da Companhia, quando previsto em Lei ou de acordo com o estatuto social da Companhia.

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e da destinação das reservas previstas, nos termos do artigo 202 da Lei das S.A.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

A Companhia adota o procedimento de registrar os juros creditados a acionistas, calculados nos termos da Lei nº 9.249/95, no resultado na rubrica "despesas financeiras", conforme determina a legislação fiscal. Entretanto, para fins de divulgação das demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados a débito de lucros acumulados, tratamento semelhante aos dividendos. Os valores pagos aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, líquido do imposto de renda retido na fonte, são deduzidos do valor do dividendo mínimo obrigatório, conforme artigo 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249/95.

Durante o ano de 2021, os valores distribuídos a título de dividendos e de juros sobre capital próprio totalizaram R\$ 18.500 (R\$12.020 em 2020). Em 2021, o total pago a título de dividendos e juros sobre capital próprio totalizou R\$10.593.

18. Lucro líquido por ação

O lucro líquido por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias nominativas da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

	2021	2020
Resultado atribuído aos acionistas	65.108	38.896
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	34.247	22.731
Lucro básico e diluído por ação	<u>1,9011</u>	<u>1,7111</u>

A Companhia não possuía instrumentos financeiros conversíveis em ações, logo o resultado básico e diluído por ação é igual.

19. Receitas operacionais líquidas

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida está assim demonstrada nas datas dos balanços:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Receita bruta		
Receitas de transportes frota	706.905	516.870
Receitas de serviços	292.587	297.710
Receitas de aluguéis	16.671	13.397
Receitas de revenda de mercadorias	15.907	8.063
	1.032.070	836.040
Deduções da receita		
ICMS sobre vendas	(37.969)	(29.319)
PIS sobre vendas	(14.869)	(13.586)
COFINS sobre vendas	(75.464)	(62.706)
ISSQN sobre vendas	(11.404)	(11.671)
Descontos, abatimentos e anulação	(4.830)	(5.730)
INSS sobre serviços de transportes	(14.834)	(12.031)
	(159.370)	(135.043)
	872.700	700.997

20. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Custos operacionais				
Custo pessoal	291.222	236.230	291.222	236.230
Custos operacionais	87.581	61.548	87.408	61.375
Custo com serviços de terceiros PJ e PF	8.944	4.097	8.944	4.097
Custo com fretes	144.660	105.155	144.660	105.155
Custo com depreciação e amortização	31.443	44.156	31.443	44.156
Custo com combustível	79.578	37.399	79.578	37.399
Custo com pneus	19.049	13.555	19.049	13.555
Custo com peças e acessórios	59.981	41.657	59.981	41.657
Outros custos operacionais	40.032	23.259	40.032	23.259
	762.490	567.056	762.317	566.883
Despesas administrativas e comerciais				
Despesa pessoal	22.335	18.874	22.335	18.874
Despesas administrativas	7.361	6.805	7.361	6.814
Despesas com serviços de terceiros PJ e PF	14.441	9.184	14.448	9.184
Despesas com depreciação amortização	1.301	941	1.301	941
Outras despesas gerais	5.761	8.843	5.761	8.843
	51.199	44.647	51.206	44.656
	813.689	611.703	813.523	611.539



EXPRESSO NEPOMUCENO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

21. Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Outras receitas:				
Reconhecimento de crédito tributário extemporâneos - nota 7	29.224	-	29.224	-
Venda de ativos	18.421	20.429	18.421	20.429
Provisões	3.715	975	3.715	975
Outros	11.804	2.188	11.80	2.188
	63.164	23.592	63.162	23.592
Outras despesas:				
Custo com a venda de ativos	(10.895)	(19.537)	(10.895)	(19.537)
Provisões	(7.951)	(7.859)	(7.951)	(7.859)
	(18.846)	(27.396)	(18.846)	(27.396)
Outras receitas (despesas), líquidas	44.318	(3.771)	44.318	(3.771)

22. Receitas (despesas) financeiras, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras:				
Juros ativos	684	139	684	139
Descontos obtidos	325	210	325	210
Rendimentos de aplicações financeiras	4.926	2.313	4.958	2.313
Variação cambial ativa,	7.398	25.731	7.398	25.731
Instrumento financeiro derivativo SWAP - Ativo	27.005	-	27.005	-
Outras receitas financeiras	17.785	41	17.758	41
	58.123	28.434	58.155	28.434
Despesas financeiras:				
Juros de financiamentos	(27.830)	(26.293)	(27.830)	(26.293)
Juros de passivo de arrendamento	(1.609)	(2.223)	(1.609)	(2.223)
Variação cambial passiva,	(20.000)	(26.344)	(36.953)	(26.344)
Instrumento financeiro derivativo SWAP - Passivo	(16.953)	-	(16.953)	-
Outras despesas financeiras	(6.567)	(200)	(6.567)	(200)
	(72.959)	(55.060)	(72.959)	(55.060)
Resultado financeiro líquido	(14.836)	(26.626)	(14.804)	(26.626)

23. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Impostos de renda e contribuição social diferidos

Os ativos e os passivos tributários diferidos estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2021
Prejuízo fiscal e base negativa	4.194	4.992	4.194	4.992
Provisões para contingências judiciais	8.192	6.752	8.192	6.752
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	897	1.141	897	1.141
	13.283	12.885	13.283	12.885
Depreciação econômica x fiscal (i)	75.552	54.652	75.552	54.652
Amortização de direito de uso	(399)	(426)	(399)	(426)
Créditos a receber em períodos futuros	(56)	(123)	(56)	(123)
Derivativo Swap – Valor a mercado	(530)	-	(530)	-
Reavaliação de ativos mantidos para venda	-	-	5.917	5.916
	74.567	54.103	80.484	60.019
Imposto de renda e contribuição social diferido	61.284	41.218	67.201	47.134

(i) A depreciação base para determinação do lucro fiscal é calculada a partir do custo histórico do ativo imobilizado, enquanto para fins econômico, a depreciação leva em consideração o custo atribuído (“*deemed cost*”).

Impostos de renda e contribuição social – conciliação entre as despesas nominais e efetivas

A conciliação entre as despesas nominais e a efetiva do imposto de renda e contribuição social para os períodos é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	86.983	57.416	87.006	57.431
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa nominal	(29.574)	(19.521)	(29.582)	(19.527)
<u>Diferenças permanentes</u>				
Equivalência patrimonial	60	51	-	-
Dedução dos juros sobre capital próprio	1.354	1.241	1.354	1.241
Reconhecimento de créditos tributários extemporâneos	6.326	-	6.326	-
Outros ajustes líquidos	(41)	(291)	5	(248)
	(21.875)	(18.520)	(21.897)	(18.534)
Despesa efetiva				
Alíquota efetiva	25%	32%	25%	32%
Corrente	(1.809)	(9.650)	(1.831)	(9.664)
Diferido	(20.066)	(8.870)	(20.066)	(8.870)

24. Transações com partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Passivo – Partes relacionadas				
Contas a pagar junto a controlada	15	15	-	-
Mútuo junto aos acionistas (i)	6.810	6.384	6.810	6.384
Dividendos a pagar	15.614	7.707	15.614	7.707
	22.439	14.106	22.424	14.091
Passivo – fornecedores				
Contas a pagar junto a OM Empreendimentos (ii)	558	924	558	924
Total de passivo com partes relacionadas	22.997	15.030	22.982	15.015
Resultado				
Despesas com aluguel junto a controlada	173	173	173	173
Despesas com aluguel junto a OM Empreendimentos (ii)	558	2604	558	2604
Despesas de juros sobre mútuo (i)	123	302	123	302
	854	3.079	854	3.079

(i) A Companhia mantém contratos de mútuo junto aos seus acionistas. Os referidos contratos são remunerados em 1% + INPC ao ano.

(ii) A Companhia possui contratos de locação de imóveis com a OM Empreendimentos Ltda., empresa que possui os acionistas da Companhia em seu quadro societário.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram pagos R\$1.355 (Em 2020 R\$1.139) a título de benefícios de curto prazo, tais como salários, encargos e outros. A Companhia não possui benefícios de pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego), de longo-prazo (licença por anos de serviços e benefícios de invalidez de longo prazo e benefícios de rescisão de contrato de trabalho).

25. Instrumentos financeiros

Fatores de risco financeiro

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado e risco cambial. A Administração tem responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de risco.

A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia foi estabelecida para identificar e analisar os riscos aos quais está exposto, para definir limites de riscos, controles apropriados e procedimentos adequados para monitorar os riscos e aderência aos limites estabelecidos. Por meio de treinamento e procedimentos de gestão, a Companhia busca desenvolver um ambiente adequado de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(i) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado ao risco de a Companhia incorrer em perda decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro e da falha destes de cumprir com as obrigações previstas em contrato. Este risco está basicamente associado aos saldos mantidos junto as instituições financeiras (depósitos bancários e aplicações financeiras), aos saldos de contas a receber, de adiantamentos e depósitos judiciais.

Caixa e equivalentes de caixa: Os saldos mantidos de conta corrente e aplicações financeiras são mantidos junto a bancos e instituições financeiras conceituados pelo mercado.

Contas a receber: A exposição ao risco de crédito dos valores de contas a receber é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. A Administração possui um monitoramento junto aos principais clientes visando garantir a totalidade do recebimento dos mesmos. A política de vendas da Companhia está subordinada às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visa minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Adicionalmente, o risco de crédito é atenuado em função da pulverização de clientes e pela possibilidade de interrupção da prestação de serviços após determinado período de inadimplência.

Na visão da Administração, a provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa é adequadamente e suficiente para fazer frente a eventuais perdas.

A avaliação do montante de contas a receber de clientes vencidos que não foi objeto de redução ao valor recuperável é monitorada constantemente pela Administração, com o objetivo de identificar valores que podem vir a ser tornar não realizáveis. Caso isso venha a acontecer, será reconhecida uma provisão nos valores das respectivas perdas esperadas.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez está associado ao risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência do descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos.

A Administração da Companhia gerencia os riscos de liquidez visando assegurar o cumprimento das obrigações associadas a passivos financeiros, seja por liquidação em dinheiro ou com outros ativos financeiros, mantendo, sempre que possível, o planejamento para atender a estas obrigações em condições normais de mercado ou em condições específicas, conforme o grau de risco. Para isso, trabalha com um prazo médio de recebimento inferior ao prazo médio de pagamento.

(iii) Risco de mercado

O risco de taxa de juros do está associado aos empréstimos de longo prazo. Os empréstimos e financiamentos com taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos e financiamentos com taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justos associado à taxa de juros.

A Companhia monitora sua exposição à flutuação na taxa de juros básicas, decorrente de instrumentos de dívida, e realiza testes de sensibilidade em diferentes taxas no seu planejamento financeiro para assegurar liquidez mesmo nos cenários de maior variação da taxa de juros.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade dos juros sobre empréstimos e financiamentos utilizou, como cenário provável (Cenário I), as taxas referencias obtidas no site do Banco Central do Brasil (<https://www.bcb.gov.br>), em 31 de dezembro de 2021, e os cenários II e III levaram em consideração um incremento nestas taxas de 25% e 50%, respectivamente. Os resultados, em valor nominais, são como seguem:

Descrição	Cenário I Provável	Cenário II + 25%	Cenário III + 50%
Despesas financeiras sujeitas a variações do CDI em 31 de dezembro de 2021	395.063	395.063	395.063
Taxa média do CDI	9,15%	11,44%	13,73%
Despesas financeiras sujeitas a variações do CDI	(36.148)	(45.185)	(54.222)

(iv) Risco cambial

Buscando reduzir os custos de suas captações de recursos, a Companhia contratou em empréstimos em moeda estrangeira. Como estratégia de gerenciamento do risco de taxa de câmbio, simultaneamente a essas operações, foram contratadas, obrigatoriamente, operações de Swap com as mesmas condições de valor, prazo e taxa, trocando a exposição à variação cambial pela variação do CDI. As operações de "swap" contratadas possuem caráter exclusivamente de proteção.

A Companhia não possui risco de exposição cambial, uma vez que, ao contratar os empréstimos em moeda estrangeira, foi contratada uma operação de Swap vinculada.

As operações de Swap com os respectivos vencimentos e valores justos estão apresentadas na nota explicativa nº 12.



EXPRESSO NEPOMUCENO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

Gestão de capital

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade operacional para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode rever sua política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, seu nível de endividamento.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumarizados:

	Consolidado	
	2021	2020
Total de empréstimos e financiamentos	447.635	350.826
Total de caixa e equivalentes de caixa	(105.105)	(150.438)
Dívida líquida	342.530	200.388
Total do patrimônio líquido	159.742	113.134
Capital total (patrimônio líquido + dívida líquida)	502.272	313.522
Índice de alavancagem financeira - %	68 %	64 %

Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os valores contábeis dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e fornecedores, estejam próximos de seus valores justos.

Os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo compreendem, substancialmente, os instrumentos financeiros derivativos oriundos dos contratos de Swap, cuja mensuração é baseada em informações observáveis de mercado (Nível 2).

Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros por categoria estão apresentados a seguir:

	Mensuração	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes	Custo amortizado	103.824	149.526	105.105	150.438
Contas a receber	Custo amortizado	163.700	122.517	163.700	122.517
Instrumentos derivativos – Swap	Valor justo por meio do resultado	4.467	6.658	4.467	6.658
		271.991	278.701	273.272	279.613
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	40.847	37.094	40.847	37.094
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	447.635	350.826	447.635	350.826
Instrumentos derivativos – Swap	Valor justo por meio do resultado	-	2.857	-	2.857
		488.482	390.778	488.482	390.777



EXPRESSO NEPOMUCENO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

26. Transações não envolvendo caixa

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 31 de dezembro de 2020, a Companhia realizou transações não envolvendo caixa, portanto, não estando estas refletidas na demonstração do fluxo de caixa.

As referidas operações são como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Adições e baixas de ativo de direito de uso, movimento líquido	3.573	6.453
Adições e baixas de passivo de arrendamento, movimento líquido	3.573	6.004
Aquisição de imobilizado a prazo	150.806	69.070

27. Cobertura de seguros

A Companhia e sua controlada avaliam a necessidade de contratação ou não de coberturas de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de exame pela auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.



EXPRESSO NEPOMUCENO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

PRESIDENTE

Agnaldo de Souza Filho

Ricardo Braghioli

Diretor Financeiro

Agnaldo de Souza Filho

Diretor Comercial

Agnésio Carvalho de Souza Neto

Diretor Operacional

Gustavo Pereira da Costa Andrade

Diretor de gestão de pessoas

CONTADOR RESPONSÁVEL

Daniel de Lima Bragion
Contador CRCMG - 090947/O
Controller